



**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934, DE 2020**

Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

EMENDA Nº

Inclua-se no art. 2º, do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, os seguintes parágrafos, renumerando-se os demais:

“Art. 2º
.....

§ 6º As empresas prestadoras de serviços de telefonia móvel pessoal deverão isentar o consumo ou adicionar quota de dados, isenta de cobrança de qualquer natureza, aos serviços utilizados por alunos de instituições públicas de ensino fundamental e médio para realização e acompanhamento de atividades de educação não presencial, não podendo ser inferior, mensalmente, a dois gigabytes (2 GB) de dados trafegados.

§ 7º O Poder Concedente de serviços de telecomunicações manterá cadastro nacional com dados de pais ou responsáveis pelos alunos de instituições públicas de ensino fundamental e médio, com informações suficientes para identificar os terminais por estes utilizados.

§ 8º As informações de que trata o parágrafo anterior serão fornecidas pelos sistemas de ensino de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CNE.” (NR)

JUSTIFICATIVA





Inegável o avanço proposto pela relatora da Medida Provisória 932/2020, nobre Deputada Luisa Canziani, no Projeto de Lei de Conversão, que “Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.”

Um desses avanços está na possibilidade dos sistemas de ensino utilizarem o uso de tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais.

Não obstante a previsão contida no § 5º, do art. 2º do PLV, entendemos que o Congresso Nacional pode apresentar um texto cogente, garantido que os alunos da rede pública de ensino tenham acesso gratuito à Internet para possibilitar a realização das tarefas escolares na modalidade não presencial.

Dados do Cetic.br, entidade dedicada a acompanhar o desenvolvimento da internet no Brasil, que revela que, enquanto 96% dos domicílios das classes A-B dispõem de acesso à internet, apenas 41% das pessoas desfavorecidas conseguem navegar na rede.

Trata-se de desigualdade que impacta o acesso à educação neste momento de pandemia, prejudicando as oportunidades de estudo e de emprego para os mais pobres. O problema é estrutural e merece profunda reflexão, mas neste momento em que o distanciamento social se impõe, medidas emergenciais devem ser tomadas para dar aos alunos de baixa renda as condições básicas para que possam acompanhar os estudos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Mauro Nazif**

Neste sentido, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala de Sessões, de de 2020.

Deputado MAURO NAZIF
PSB/RO

Apresentação: 30/06/2020 17:19 - PLEN
EMP 14 => MPV 934/2020

EMP n.14/0

Documento eletrônico assinado por Mauro Nazif (PSB/RO), através do ponto SDR_56049, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20) **(Do Sr. Mauro Nazif)**

Emenda aditiva ao PLV à
Medida Provisória 934/2020 para garantir
Internet gratuita para os estudantes da
rede pública de ensino

Assinaram eletronicamente o documento CD208520348600, nesta ordem:

- 1 Dep. Mauro Nazif (PSB/RO)
- 2 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 3 Dep. Enio Verri (PT/PR) - LÍDER do PT
- 4 Dep. Jhonatan de Jesus (REPUBLIC/RR) - LÍDER do REPUBLIC *-(P_5027)
- 5 Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) - LÍDER do PSB *(p_7693)
- 6 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 7 Dep. Vilson da Fetaemg (PSB/MG)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.